



Estilos de vida, interacciones sociales y desarrollo humano

Conferencistas
invitados:

Adela Cortina
Universidad de Valencia

Jay Drydyk
Universidad de Carleton

Ori Heffetz
Universidad de Cornell

David Crocker
Universidad de Maryland

VI CONFERENCIA DE ALCADECA

Asociación Latinoamericana y del Caribe para el Estudio de las Capacidades Humanas
Organizada por el grupo Ética, Justicia y Economía de la Universidad de la República

30 de mayo al 1º de junio de 2016, Montevideo
Facultad de Ciencias Económicas y de Administración – Av. Gonzalo Ramírez 1926



Información disponible en www.iecon.ccee.edu.uy / Consultas: alcaECA2016@iecon.ccee.edu.uy

Pobreza rural no Brasil: diferentes perspectivas para um mesmo fenômeno

Ely José de Mattos¹
Izete Pengo Bagolin²
Felipe Tomkowski³

Resumo: O objetivo deste artigo é estudar a pobreza rural no Brasil sob diferentes abordagens, com o intuito de oferecer uma detalhada comparação entre mensurações baseadas em métricas unidimensionais (renda) e multidimensionais. Em função das peculiaridades do modo de vida rural e do papel desempenhado pela renda, é bem-vinda a possibilidade de avaliar as condições de vida da população através de um número maior de dimensões. Neste artigo, iniciamos discutindo resultados básicos da abordagem monetária, para depois avançar em duas propostas de mensuração multidimensional – ambas teoricamente fundamentadas na AC. A diferença entre estas duas propostas é que uma delas trabalha sem linhas/listas de corte e outra com estas linhas. O trabalho utiliza microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e cobre o período 2001 até 2014, com três pontos de referência no intervalo. A principal contribuição deste artigo é oferecer um exercício empírico extensivo na comparação de resultados de pobreza rural sob diferentes perspectivas. Os resultados mostram redução na pobreza rural, tanto uni quanto multidimensional. Porém, essa redução é heterogênea no espaço e na sua intensidade.

Palavras-chave: *pobreza rural; abordagem das capacidades; abordagem monetária; pobreza multidimensional.*

Abstract: The objective of this article is to investigate rural poverty in Brazil under different approaches, in order to compare one-dimensional (income) and multidimensional metrics of measurement. Due to the peculiarities of the rural way of life and the role played by income, it is welcome the opportunity to assess the population's living standard through a greater number of dimensions. In this article, we began discussing basic outcome of the monetary approach, and then advance two proposals for multidimensional measurement - both theoretically grounded in CA. The difference between these two proposals is that one works without poverty lines and the other along poverty lines. The paper uses microdata from the National Households Sample Survey and covers the period 2001 to 2014 (using three reference points in the range). The main contribution of this paper is to provide an extensive empirical exercise in comparing rural poverty results. The results show a reduction in rural poverty, both uni and multidimensional. However, this reduction is heterogeneous in scope and intensity.

Key words: rural poverty, capability approach, monetary approach, multidimensional poverty.

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Economia da PUCRS, Porto Alegre, Brasil. E-mail: ely.mattos@pucrs.br.

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Economia da PUCRS, Porto Alegre, Brasil. E-mail: izete.bagolin@pucrs.br.

³ Aluno do curso de Mestrado em Economia da PUCRS, Porto Alegre, Brasil. E-mail: felipetom1@gmail.com

1. Introdução

De acordo com o Censo (IBGE, 2010) 15,6% da população brasileira - mais de 29 milhões de pessoas - estavam vivendo em áreas rurais em 2010. A composição dessa população é heterogênea, diferindo não só em relação a população urbanas, mas também entre regiões e estados. Essas diferenças englobam questões de gênero, idade, escolaridade, renda, padrão de vida, condições de trabalho e estratégias de subsistência. Por exemplo, a proporção de gênero em áreas urbanas é de 93 homens para cada cem mulheres e nas zonas rurais essa proporção é de 111 homens para cada cem mulheres. Embora a taxa de fertilidade seja maior nas áreas rurais, há um processo de envelhecimento e masculinização mais forte como resultado do processo de migração rural-urbana seletiva.

O crescimento e o desenvolvimento econômico do Brasil são profundamente ligados e dependentes do setor rural. O agronegócio corresponde 23% do PIB nacional, 40% das exportações brasileiras e 12% da população economicamente ativa está ligada às atividades do desse setor (CEPEA,2013). Apesar do destacado desempenho, da importância e da representatividade do setor, a qualidade das condições de vida da população rural brasileira não está automaticamente garantida. Grande parte da produção para mecanizada, que produz para exportação e utilizando alta tecnologia é proveniente de um baixo número de grandes propriedades. Por outro lado, parte significativa da produção de alimentos para a população brasileira provém de um grande número de pequenos estabelecimentos pouco capitalizados e expostos a elevados riscos de produção e comercialização. Adicionalmente, o Brasil não é destaque apenas na desigualdade de renda. A distribuição da posse da terra está entre as mais elevadas do mundo, com um índice de Gini de 0,854, e não têm se mantido estável nas últimas seis décadas.

As medidas de pobreza tradicionais, baseadas em linhas de pobreza monetária, mostram que a proporção da população rural vivendo abaixo da linha de pobreza é mais elevada do que a urbana. Por exemplo, o estudo de Rocha (2006), utilizando diferentes linhas de pobreza evidenciou que entre 1992 e 2004 a pobreza rural reduziu mais do que a pobreza urbana. No entanto, Neder e Silva (2004) estudando um período similar destacaram que as variações não foram homogêneas entre os estados brasileiros. Ao mesmo tempo que alguns estados conquistaram uma redução, outros tiveram crescimento na proporção de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza no meio rural. Em outro estudo, que realizou decomposição da pobreza nas áreas urbanas e rurais utilizando dados de 1992, 1998 e 2005, Helfand, Rocha e Vinhais (2009) constataram que a redução da pobreza rural foi maior do

que a redução da pobreza urbana. Os autores destacam, no entanto, que 1992 a incidência da pobreza rural era duas vezes superior à pobreza urbana.

Na perspectiva multidimensional de mensuração da pobreza, Silva Junior (2006) mostrou que a educação foi uma importante dimensão para explicar a redução da pobreza rural. Já Moreira et al. (2011) identificaram a pluriatividade como um dos fatores associados a redução da pobreza. O trabalho de Hoffmann e Kageyama (2007) assume a multidimensionalidade da pobreza é trabalhada com privação na dimensão monetária, acesso a água canalizada, banheiro e energia elétrica. Os resultados mostram que a incidência de pobreza multidimensional é significativamente superior no meio rural, atingindo 65,1% da população, enquanto que no meio rural 29,2% da população foi considerada multidimensionalmente pobre. Na mesma linha de investigação multidimensional, o trabalho de Lavinhas e COBO (2012), identificou redução na incidência de pobreza multidimensional tanto nas áreas rurais quanto urbanas. Porém, a incidência permanece superior entre os moradores das áreas rurais.

Buscando entender melhor esse fenômeno e as particularidades que o envolvem, o presente artigo tem como objetivo estudar a pobreza rural no Brasil sob diferentes abordagens, com o intuito de oferecer uma detalhada comparação entre mensurações baseadas em métricas unidimensionais (renda) e multidimensionais. Para o meio rural, em função das peculiaridades do modo de vida e do papel desempenhado pela renda, é bem-vinda a possibilidade de avaliar as condições de vida da população através de um número maior de dimensões.

Em linhas gerais, as chamadas abordagens multidimensionais tratam de estudar as condições de vida das pessoas através de múltiplos indicadores de forma conjunta, oferecendo um retrato mais complexo. Mas, no que toca ao conceito de pobreza, especificamente, persiste a questão da classificação do indivíduo como pobre ou não pobre. A abordagem monetária é bastante objetiva, sendo necessário apenas que se defina a linha de corte. Já nos estudos multidimensionais, ainda se debate a necessidade de classificação explícita enquanto pobre ou não pobre. E parte desta discussão tem relação com as características da abordagem teórica adotada.

No contexto da Abordagem das Capacitações (AC), ser pobre é não conseguir desfrutar de um conjunto de capacitações básicas, o que impediria a pessoa de levar uma vida digna. Mas, em geral, nega-se a necessidade de se definir um conjunto de aspectos observáveis e mínimos, como uma lista multidimensional, para classificar a pessoa como pobre. A questão está muito mais conectada com a ideia de bem-estar como o objetivo

central, do que com um comprometimento específico com uma determinada linha ou lista. Trabalhos como Martinetti (2000), Lelli (2000) e Mattos & Waquil (2008) desenvolvem avaliações de bem-estar com base na AC sem definir linhas de pobreza. Já o trabalho de Alkire et al. (2015), Índice de Pobreza Multidimensional, lida com uma proposta de definição de pontos de corte multidimensionais, adotando a ideia de rótulo.

Neste artigo, iniciamos discutindo resultados básicos da abordagem monetária, para depois avançar em duas propostas de mensuração multidimensional – ambas teoricamente fundamentadas na AC. A diferença entre estas duas propostas é que uma delas trabalha sem linhas/listas de corte e outra com estas linhas. O trabalho utiliza microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e cobre o período 2001 até 2014, com três pontos de referência no intervalo. **A principal contribuição deste artigo é oferecer um exercício empírico extensivo na comparação de resultados de pobreza rural sob diferentes perspectivas. Espera-se, com isso, sinalizar as fragilidades e potencialidades das diferentes abordagens.**

2. Base de dados e metodologia

Este estudo utiliza as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD) para os anos de 2001, 2008 e 2014. Com estes três pontos de referência, pretendemos estudar o comportamento das medidas calculadas ao longo do tempo. A PNAD é, atualmente, a mais ampla pesquisa de variáveis socioeconômicas conduzida no Brasil. Ela cobre todo o território nacional, com amostra suficientemente grande para ser representativa do Brasil inteiro e seus estados, tanto em áreas rurais quanto áreas urbanas.

Na PNAD, a classificação da área em rural ou urbana é feita com base no Censo Demográfico imediatamente anterior. Isso, às vezes, acaba se configurando como um ponto crítico, pois algumas áreas evoluem ao longo dos 10 anos de intervalo e acabam sendo contadas com a classificação antiga (Silva, 1997 e Silva et al. 2002). Mas, ao longo dos últimos anos, isto não tem se mostrado um problema limitante aos estudos do rural brasileiro.

As variáveis que utilizaremos dependem, fundamentalmente, da medida a ser estimada. Portanto, nas próximas seções apresentaremos as variáveis associadas às respectivas medidas que serão estimadas no decorrer do trabalho. As três abordagens a serem adotadas estão alinhadas com a proposta central do trabalho, conforme explicitado na seção anterior.

2.1. *Abordagem monetária*

Aqui, utilizaremos a linha de pobreza oficial do Governo Federal, que é de R\$ 140,00. Ela será deflacionada pelo INPC, centrada em 2010, para os anos da nossa análise seguindo as sugestões de Corseuil e Foguel (2002). A variável de renda considerada é a renda domiciliar per capita (RDPC). Esta renda é composta por rendimento de qualquer fonte do domicílio, dividida pelo número de moradores (excluídos domésticos, parentes de domésticos e agregados).

Utilizaremos, inspirados em Hoffmann (1998), as duas medidas mais clássicas no contexto da abordagem monetária: percentual de pobres (P0) e hiato média da pobreza ou profundidade da pobreza (P1). Supondo uma população de n pessoas, onde cada indivíduo é associado a i , temos matematicamente:

$$P(0) = \frac{q}{n}$$
$$P(1) = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^q \frac{(z - y_i)}{z}$$

Onde q é a quantidade de pessoas abaixo da linha de pobreza definida; z é a linha de pobreza e y é a renda. O P0 simplesmente mede a incidência da pobreza definida a priori através da linha. Já o P1 trata de avaliar a profundidade da pobreza através da distância dos indivíduos para a linha z .

2.2. *Abordagem multidimensional*

A abordagem multidimensional será desdobrada em duas formas de cálculo diferentes. A primeira delas fará uso de uma linha multidimensional, inspirada na abordagem de Alkire & Foster (2011). Na segunda forma utiliza-se o mesmo corpo de variáveis, mas não são utilizadas linhas de corte, calculando um índice de realizações, conforme proposto por Mattos e Moreira (2015). As variáveis utilizadas serão precisamente as mesmas utilizadas por Mattos e Moreira (2015)⁴.

⁴ Exceção à dimensão “trabalho e renda”, que não é utilizada aqui neste estudo.

As variáveis consideradas para a abordagem multidimensional estão divididas em quatro dimensões: moradia, posses, educação e renda. Abaixo, as variáveis que compõem cada dimensão:

- i)** *Condições de Habitação:* existência de energia elétrica; coleta de esgoto através da rede geral e/ou fossa séptica; existência de água encanada através da rede geral ou poço; disponibilidade de coleta de lixo; densidade por dormitório menor ou igual a 2; paredes adequadas (alvenaria ou madeira aparelhada) e telhado adequado (telha, laje de concreto, madeira aparelhada ou zinco).
- ii)** *Posse de Bens de Consumo Duráveis:* existência de geladeira; existência de fogão; existência de televisão em cores ou P&B; existência de telefone fixo ou móvel.
- iii)** *Educação:* se é alfabetizado (considerando aqueles de 15 anos ou mais); anos de escolaridade do indivíduo (considerando aqueles de 25 anos ou mais); defasagem escolar de mais de 1 ano (considerando as crianças de 7 a 14 anos); defasagem escolar de mais de 1 ano (considerando crianças de 15 a 17 anos).
- iv)** *Renda:* Renda domiciliar per capita (renda de todas as fontes).

A linha de pobreza multidimensional foi considerada em duas etapas. Primeiro, foi definida uma linha por dimensão. Posteriormente, uma linha geral. Veja Quadro 1.

Assim, a medida que será extraída desta estrutura de variáveis e seu posterior processamento é a contagem de pobres por dimensão e também de pobreza geral. A proposta, nesta etapa, é avaliar as diferenças em termos de padrão de comportamento e evolução ao longo do tempo frente, especialmente, à abordagem unidimensional (monetária).

Quadro 1 – Critérios para linha de pobreza multidimensional

	Pobre na dimensão	Pobre
Moradia	< 5 itens disponíveis (do total de 6)	Se for classificado como pobre em pelo menos duas dimensões.
Posses	< 3 itens disponíveis (do total de 4)	
Educação	Apenas um item não atendido, respeitando as respectivas faixas etárias, já classifica o indivíduo como pobre. Quem não se enquadra em nenhuma faixa etária considerada, é contado como não pobre nesta dimensão.	
Renda	Abaixo da linha oficial de R\$ 140,00 (deflacionada pelo INPC)	

Fonte: Elaborado pelos autores.

A terceira medida que propomos é o índice de realizações (Mattos e Moreira, 2015). Este índice será baseado apenas nas três dimensões não monetárias. Cada uma das dimensões tem um tratamento específico para que se obtenha um índice dimensional. De posse destes três subíndices, podemos estimar um índice de realização geral. Lembrando que os índices são calculados como médias para os estados brasileiros.

Para o caso das dimensões moradia e posses, o índice é uma normalização da escala de número de itens disponíveis. Quanto maior o número de itens disponível, mais próximo de 1 (uma pessoa com todos os itens terá índice 1 (um) naquela dimensão; por outro lado, uma pessoa sem nenhum item, terá índice 0). A dimensão educação é baseada em uma média geométrica das quatro variáveis normalizadas individualmente. Quanto mais atendimento dos padrões definidos nas variáveis o estado tiver, maior será o índice alcançado.

Finalmente, o índice de realização geral é uma média geométrica daqueles três subíndices. A escolha desta média, em específico, se dá pelo fato de que ela preza pelo equilíbrio nas dimensões, penalizando quem tem ótimos resultados em uma dimensão, mas resultados muito baixos em outra.

Os resultados do índice de realização, uma vez que não são uma contagem de pobres, precisam ser comparados com as demais medidas do nosso trabalho em termos relativos: entre estados e ao longo do tempo. Será possível fazer inferências sobre padrões de

comportamento, mas não será possível comparar diretamente números, uma vez que não se tratam de percentuais, mas de índices na escala [0,1].

Espera-se que as comparações lancem luz sobre diferentes perspectivas em se abordar pobreza rural. Focaremos, de modo especial, nas diferenças em termos de motivação e cenários que podem ser traçados.

3. Resultados

Para tornar a interpretação mais clara e objetiva, atendendo ao problema formulado, teremos os resultados apresentados em duas etapas. Primeiramente, mostraremos os resultados das metodologias baseadas em linha (monetária e multidimensional). Em um segundo momento, serão apresentados os números para a abordagem de bem-estar, sem relação com linhas de pobreza.

3.1. Abordagem de linhas de pobreza

Os resultados para a abordagem monetária estão dispostos na Tabela 1 abaixo. Com um percentual de pobres de 37,9 nas áreas rurais, o Maranhão é o estado com maior nível de pobreza em 2014. Também é o estado que menos conseguiu reduzir este número desde 2001 (quando os pobres rurais chegavam à 69,0%). A região nordeste do Brasil, como um todo, foi a que mais reduziu os patamares de pobreza rural, com uma média de redução de 38,3 pontos percentuais entre 2001 e 2014. De qualquer modo, os números ainda são consideravelmente altos: o estado com o menor nível de pobreza rural da região em 2014 era Sergipe, com 21,8% de pobres.

As regiões sul e sudeste, juntas, tiveram uma redução média menor que a nordestina, de 26,2 pontos percentuais. Por outro lado, o estado com maior nível de pobreza é Minas Gérias, com 13,2% dos moradores de regiões rurais na pobreza – Santa Catarina, na outra ponta, tem apenas 3,0% da população rural nesta condição. O índice de profundidade de pobreza, Tabela 2, segue o mesmo padrão: região nordeste apresentando as maiores reduções, mas mantendo os patamares atuais mais elevados do Brasil.

Tabela 1 – Percentual de pobres por estado
Linha de pobreza de R\$ 140,00, deflacionada pelo INPC

	2001	2008	2014	Δ2001-2014*
Rondônia		28.9%	10.5%	-18.4%
Acre		49.3%	37.2%	-12.1%
Amazonas		46.4%	34.5%	-11.9%
Roraima		33.5%	14.1%	-19.5%
Pará		31.4%	29.3%	-2.0%
Amapá		33.9%	13.5%	-20.5%
Tocantins	62.3%	37.6%	22.3%	-40.0%
Maranhão	69.0%	54.4%	37.9%	-31.1%
Piauí	72.4%	49.0%	29.2%	-43.2%
Ceará	69.8%	48.6%	32.5%	-37.3%
Rio Grande do Norte	60.9%	37.5%	24.7%	-36.2%
Paraíba	68.7%	46.5%	26.4%	-42.3%
Pernambuco	71.4%	49.3%	31.2%	-40.2%
Alagoas	68.6%	53.7%	33.4%	-35.3%
Sergipe	63.4%	48.2%	21.8%	-41.6%
Bahia	65.2%	45.4%	27.8%	-37.3%
Minas Gerais	46.3%	26.6%	13.2%	-33.1%
Espírito Santo	47.3%	21.7%	8.5%	-38.7%
Rio de Janeiro	28.7%	13.8%	5.1%	-23.7%
São Paulo	23.1%	14.2%	6.3%	-16.8%
Paraná	38.2%	16.9%	7.0%	-31.2%
Santa Catarina	22.1%	9.9%	3.0%	-19.1%
Rio Grande do Sul	28.5%	15.4%	7.5%	-21.0%
Mato Grosso do Sul	29.9%	16.0%	6.5%	-23.4%
Mato Grosso	37.9%	17.1%	7.2%	-30.8%
Goiás	39.4%	15.5%	4.3%	-35.1%
Distrito Federal	29.0%	15.6%	5.1%	-23.9%

Fonte: Dados da PNAD/IBGE. Cálculos dos autores.

* Para os estados sem informação em 2001, a variação se refere ao período 2008-2014.

Tabela 2 – Índice de profundidade de pobreza (P1)
Linha de pobreza de R\$ 140,00, deflacionada pelo INPC

	2001	2008	2014	$\Delta 2001-2014^*$
Rondônia		0.13	0.04	-0.09
Acre		0.22	0.15	-0.07
Amazonas		0.20	0.14	-0.06
Roraima		0.12	0.05	-0.07
Pará		0.10	0.11	0.01
Amapá		0.12	0.05	-0.07
Tocantins	0.31	0.16	0.08	-0.22
Maranhão	0.37	0.28	0.17	-0.20
Piauí	0.40	0.23	0.13	-0.27
Ceará	0.38	0.20	0.14	-0.24
Rio Grande do Norte	0.29	0.16	0.10	-0.19
Paraíba	0.33	0.21	0.13	-0.20
Pernambuco	0.36	0.22	0.13	-0.23
Alagoas	0.36	0.26	0.15	-0.21
Sergipe	0.30	0.17	0.07	-0.23
Bahia	0.32	0.20	0.11	-0.21
Minas Gerais	0.21	0.10	0.05	-0.16
Espírito Santo	0.19	0.06	0.02	-0.17
Rio de Janeiro	0.11	0.05	0.03	-0.08
São Paulo	0.11	0.05	0.02	-0.08
Paraná	0.17	0.06	0.03	-0.14
Santa Catarina	0.09	0.03	0.01	-0.08
Rio Grande do Sul	0.12	0.05	0.02	-0.09
Mato Grosso do Sul	0.11	0.05	0.01	-0.09
Mato Grosso	0.18	0.06	0.02	-0.16
Goiás	0.15	0.05	0.02	-0.13
Distrito Federal	0.12	0.05	0.02	-0.10

Fonte: Dados da PNAD/IBGE. Cálculos dos autores.

* Para os estados sem informação em 2001, a variação se refere ao período 2008-2014.

Estes números oferecem um breve retrato da análise de pobreza rural tradicional. Aplicando-se a linha de pobreza monetária de forma pragmática, observamos que a metade norte do país ainda apresenta níveis insuficientes de renda para um percentual bastante maior da população rural, quando comparado aos resultados da região sul. A percepção quando consideramos a linha de pobreza multidimensional, no entanto, nos faz avançar a análise.

Os resultados da Tabela 3 trazem os níveis de pobreza quando considerados pobres aqueles que não atendem aos critérios mínimos em duas dentre as quatro dimensões consideradas, conforme descrito na metodologia. A primeira observação a ser feita sobre os resultados é que os patamares de pobreza encontrados são consideravelmente maiores do que aqueles da abordagem unidimensional. A média de pobres rurais na região nordeste fica

na casa de 52,3% em 2014, sendo que em 2001 este valor alcançava 90,7%. A região sul e sudeste, em comparação, registrou média de 21,0% em 2014, enquanto tinha 57,1% em 2001.

Em termos de evolução, o resultado da abordagem multidimensional é um pouco diferente daquele da abordagem monetária. A melhoria, em pontos percentuais, para as diferentes regiões rurais brasileiras foi mais homogênea. Isto está relacionado, pelo menos em parte, com a os níveis iniciais, no ano de 2001. As regiões mais vulneráveis saem de níveis muito mais altos, que são reduzidos até atingirem valores médios em 2014 similares àqueles das regiões mais ao sul em 2001. Já os estados mais ricos também apresentam ritmo de melhora perceptível – e não marcadamente inferior, como no caso da abordagem monetária.

Tabela 3 – Percentual de pobreza com linha multidimensional
Linha: pobreza em duas ou mais dimensões

	2001	2008	2014	Δ2001-2014*
Rondônia		49.3%	43.1%	-0.06
Acre		72.9%	63.1%	-0.10
Amazonas		67.9%	65.8%	-0.02
Roraima		52.9%	37.0%	-0.16
Pará		63.1%	54.7%	-0.08
Amapá		65.5%	39.4%	-0.26
Tocantins	94.3%	75.4%	52.7%	-0.42
Maranhão	92.4%	80.3%	57.4%	-0.35
Piauí	95.7%	77.2%	49.7%	-0.46
Ceará	92.6%	74.8%	59.2%	-0.33
Rio Grande do Norte	80.9%	55.8%	41.8%	-0.39
Paraíba	91.0%	77.0%	58.8%	-0.32
Pernambuco	92.4%	76.5%	53.6%	-0.39
Alagoas	91.6%	75.8%	51.9%	-0.40
Sergipe	87.9%	72.4%	44.9%	-0.43
Bahia	92.0%	76.1%	53.0%	-0.39
Minas Gerais	80.5%	61.1%	38.4%	-0.42
Espírito Santo	70.1%	44.4%	26.0%	-0.44
Rio de Janeiro	49.1%	26.6%	13.1%	-0.36
São Paulo	39.3%	20.3%	12.3%	-0.27
Paraná	65.4%	39.4%	20.8%	-0.45
Santa Catarina	41.6%	25.6%	14.3%	-0.27
Rio Grande do Sul	53.3%	33.2%	22.1%	-0.31
Mato Grosso do Sul	63.5%	49.1%	38.1%	-0.25
Mato Grosso	81.6%	51.8%	33.6%	-0.48
Goiás	74.4%	50.8%	34.2%	-0.40
Distrito Federal	40.9%	15.3%	6.3%	-0.35

Fonte: Dados da PNAD/IBGE. Cálculos dos autores.

* Para os estados sem informação em 2001, a variação se refere ao período 2008-2014.

Conforme especificado na metodologia, a linha de pobreza multidimensional foi definida com base em quatro dimensões: moradia, posses, educação e renda. Esta última, está diretamente conectada com os dados recém analisados⁵. No anexo deste trabalho é possível encontrar os resultados para cada uma das dimensões.

A dimensão que apresenta os piores resultados em termos de pobreza rural é moradia. Temos Ceará, por exemplo, registrando 85,5% de pessoas pobres em 2014 – em 2001 quase a totalidade dos moradores das regiões rurais eram considerados pobres (98,3%). A média das regiões sul e sudeste do Brasil, para mantermos a analogia, ficou em 35,0% de pobres rurais – a média do nordeste rural é de 71,2%.

Por outro lado, a dimensão moradia apresenta um dinâmica regional de melhora que se diferencia das demais. Neste caso, os estados mais ricos apresentaram um ritmo de redução da pobreza mais acelerado que aqueles mais pobres. Enquanto o Nordeste reduziu, em média, 22,0 pontos percentuais, as regiões sul e sudeste apresentaram uma média de redução de 34,0 pontos percentuais entre 2001 e 2014.

No caso da dimensão que as posses dos domicílios, os estados mais vulneráveis despontaram em termos de incremento nos resultados. Apesar de ainda manterem um patamar de pobreza rural maior nesta dimensão, aqueles estados apresentaram retrações que chegaram a 71,3 pontos percentuais, no caso do Maranhão, por exemplo. Já estados mais ao sul tiveram melhoras mais modestas, uma vez que os patamares de partida, em 2001, já eram consideravelmente inferiores (1/3, em alguns casos).

Tanto a dimensão moradia como a dimensão posses estão associadas diretamente às melhorias dos níveis de emprego e renda, políticas de acesso à bens públicos (como programas de eletrificação rural e construção de cisternas) e aumento do crédito. Estas políticas públicas aceleraram o processo de melhoria no nível de conforto que as pessoas no meio rural podem atingir.

A dimensão educação ainda é crítica para o meio rural brasileiro. Mesmo a definição de pobreza sendo bastante relaxada para esta dimensão, o percentual de pessoas que se enquadram como pobres é consideravelmente alto para todo o país. Trata-se, inclusive, da dimensão de maior homogeneidade nos resultados para 2014: média da região nordeste em 47,5% e região sul e sudeste em 43,3%. Mais uma vez as mudanças foram maiores nos

⁵ Diferenças marginais nos resultados são devidas à ajustes nas bases de trabalho.

estados mais pobres. O que preocupa, particularmente, é que o ritmo de melhora não foi animador entre 2001 e 2014, para todos os estados.

Portanto, os resultados para a análise da pobreza rural com base em linhas de pobreza, seja monetária ou multidimensional, apontam em uma mesma direção. Ainda temos patamares de pobreza bastante altos, à despeito de uma importante melhoria observada entre 2001 e 2014. Vejamos, na próxima seção, como a abordagem de realizações pode ajudar a sofisticar a análise.

3.2. Abordagem do Índice de Realização

A abordagem do índice de realizações propõe um outro paradigma de análise da situação de vida das pessoas. Como já mencionado na metodologia, estamos interessados em avaliar o que as pessoas são capazes de ser e fazer, sem necessariamente recorrer ao rótulo de “pobre”. Isso muda a perspectiva de forma importante. Na Tabela 4 estão os resultados para o índice geral, contemplando as quatro dimensões, e no Anexo estão os resultados para cada dimensão individualmente. As cores auxiliam em uma visão mais geral: quanto mais intenso for o verde, melhores os números (maior o índice)

Os resultados apontam que melhorias nos níveis de realização das pessoas nas áreas rurais do Brasil aconteceram em todos os estados. No entanto, o padrão de incremento tem comportamento similar àquele observado nos percentuais de pobres: metade nordeste tendo avanços mais significativos que regiões mais ao sul do país. O índice melhorou 91,9% no Nordeste, em média. Na região sul e sudeste, conjuntamente, a melhora média foi de 28,9%.

Os números, no entanto, oferecem uma realidade mais detalhada para o índice de realizações do que no caso das linhas de pobreza. Os estados mais pobres partem de situação de extrema carência em 2001, para alcançar número que se aproximam de 0,70 em 2014. Já os estados mais desenvolvidos partem deste nível ainda lá em 2001. É razoável considerar, neste contexto, que quando em situações melhores, incrementos são mais lentos.

**Tabela 4 – Índice de realizações
Considera as quatro dimensões**

	2001	2008	2014	Δ2001-2014*
Rondônia		0.633	0.736	16.3%
Acre		0.464	0.543	17.1%
Amazonas		0.453	0.529	16.8%
Roraima		0.625	0.712	13.8%
Pará		0.541	0.626	15.8%
Amapá		0.577	0.710	23.1%
Tocantins	0.327	0.521	0.687	110.0%
Maranhão	0.265	0.453	0.639	140.8%
Piauí	0.273	0.477	0.640	134.8%
Ceará	0.364	0.563	0.689	89.1%
Rio Grande do Norte	0.452	0.606	0.698	54.5%
Paraíba	0.361	0.519	0.621	71.8%
Pernambuco	0.397	0.541	0.658	65.8%
Alagoas	0.329	0.496	0.666	102.4%
Sergipe	0.371	0.500	0.667	79.6%
Bahia	0.347	0.528	0.652	88.0%
Minas Gerais	0.509	0.642	0.756	48.5%
Espírito Santo	0.584	0.700	0.777	33.1%
Rio de Janeiro	0.634	0.740	0.771	21.6%
São Paulo	0.692	0.804	0.839	21.3%
Paraná	0.608	0.740	0.806	32.4%
Santa Catarina	0.682	0.775	0.842	23.5%
Rio Grande do Sul	0.667	0.772	0.812	21.8%
Mato Grosso do Sul	0.611	0.695	0.742	21.6%
Mato Grosso	0.444	0.628	0.753	69.8%
Goiás	0.547	0.703	0.775	41.9%
Distrito Federal	0.712	0.786	0.834	17.1%

Fonte: Dados da PNAD/IBGE. Cálculos dos autores.

* Para os estados sem informação em 2001, a variação se refere ao período 2008-2014.

Quando observamos os resultados por dimensão, a dinâmica ao longo do período analisado se mantém conforme descrito acima para o índice geral. No entanto, a média do índice de realizações para o Brasil rural em 2014 é diferente para cada dimensão: posses, 0,911, moradia, 0,679 e educação 0,584.

Estes resultados são bastante coerentes com o escopo de políticas públicas associadas. No caso das posses, o avanço do emprego, renda e crédito no período de análise justifica bastante bem o alcance das pessoas aos diferentes bens. Em termos de moradia, com resultados um pouco piores, ações que favoreceram a habitação, como políticas de financiamento, auxiliaram as zonas rurais, mas de forma menos rápida e efetiva. Já a

educação, além de apresentar o menor resultado relativo, também foi a dimensão que menos cresceu. Isso se deve, fundamentalmente, ao fato de que o Brasil ainda pouco fez em termos estruturais para melhorar o fluxo e desempenho escolar, especialmente em regiões rurais. As melhorias que observamos estão associadas à queda do analfabetismo e leve incremento nos anos de estudo. No entanto, distorção idade-séria ainda é uma questão central, pois indica que temos muito a fazer para tornar o fluxo escolar mais fluído.

A escolha entre as três abordagens aqui tratadas não é estritamente técnica – não envolve assumir uma delas como melhor ou pior. Levando-se em conta os resultados, elas são equivalentes, em linhas gerais. A correlação entres os resultados, para o ano de 2014, pode ser encontrada na Tabela 5.

Tabela 5 – Correlação entre resultados das abordagens
Ano considerado: 2014

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
(1) Índice de realizações (IR)	1,00								
(2) IR Educação	0,83	1,00							
(3) IR Posses	0,81	0,44	1,00						
(4) IR moradia	0,93	0,61	0,79	1,00					
(5) Pobre Multidimensiona	-0,93	-0,73	-0,66	-0,95	1,00				
(6) Pobre Moradia	-0,74	-0,45	-0,50	-0,90	0,89	1,00			
(7) Pobre Posses	-0,79	-0,45	-0,98	-0,74	0,62	0,43	1,00		
(8) Pobre Educação	-0,31	-0,61	0,10	-0,15	0,38	0,21	-0,03	1,00	
(9) Pobre Monetário	-0,90	-0,81	-0,65	-0,82	0,89	0,63	0,62	0,32	1

Fonte: Dados da PNAD/IBGE. Cálculos dos autores.

Os resultados das medidas gerais são altamente correlacionados (valores em negrito, na tabela). Isso deveria sugerir, em um primeiro momento, que as medidas são equivalentes, sendo que utilizar qualquer uma delas daria no mesmo. No entanto, dois aspectos precisam ser considerados antes desta conclusão.

O primeiro deles diz respeito ao padrão e velocidade de evolução dos resultados ao longo do tempo. Como já esboçado, existem algumas diferenças de padrões. Mas, a velocidade, ou os patamares onde se encontram os índices, são efetivamente muito diversos. Enquanto a média dos estados é de 18,5% da população sendo considerada pobre na abordagem monetária, este número alcança 40,2% na abordagem multidimensional. Quando observamos o índice de realizações, temos uma média de 0,71, que sozinho informa pouco, mas precisa ser analisado em comparação com outros períodos e entre os estados.

O segundo aspecto é normativo, estando relacionado com a perspectiva que se tem sobre o que é ser pobre – ou se precisamos, de fato, do rótulo. Quando se opta por uma abordagem, a análise dos resultados encaminha para diagnósticos e prescrições de política pública que podem ser diferentes em forma, conteúdo e alcance. Esta é a importância fundamental de se estar atento às diferentes abordagens.

4. Conclusões

Com base nos resultados encontrados é possível concluir que ocorreram avanços no combate à pobreza rural tanto monetária quanto multidimensional. No entanto, estes avanços não foram homogêneos entre os estados brasileiros e nem entre as abordagens de pobreza utilizadas.

Quando a análise fica restrita apenas à dimensão renda, incorre-se o risco de negligenciar privações importantes de um percentual significativo da população. Por exemplo, no estado do Maranhão 37,9% das pessoas que vivem no meio rural são monetariamente pobres. Quando considerarmos o indicador multidimensional, o percentual de pessoas que sofrem privações em, no mínimo duas dimensões, sobe para 57,4% dos moradores de áreas rurais.

Além de evidenciar as contribuições e limites de cada abordagem no entendimento da pobreza, os resultados apontam também, para as diferenças na evolução do combate aos diferentes tipos de privações.

Referências

ALKIRE, S., FOSTER, J.E.: Counting and multidimensional poverty measurement. *J. Public Econ.* 95(7–8), 476–487 (2011).

CEPEA – Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada - ESALQ/USP.
<http://cepea.esalq.usp.br/pib/>

HOFFMANN, R. Distribuição de Renda e Medidas de Desigualdade e Pobreza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. HOFFMANN, R.; KAGEYAMA, A. A. Pobreza, insegurança alimentar e pluriatividade no Brasil. *Teoria e Evidência Econômica*, v. 14, p. 9-35, 2007.

LAVINAS, L.; COBO, B. Alcances e limites das políticas sociais para o combate à pobreza: desafios do mundo rural. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Org.). *A Nova Cara da Pobreza Rural - Desafios para as políticas públicas*. 1ed. Brasília: IICA, v. 16, p. 17-53, 2012.

MATTOS, E. J.; MOREIRA, A. A. Pobreza rural na região Nordeste do Brasil no período 1995-2012: uma perspectiva além da renda. 2015. Mimeo - Submetido para publicação. Acesso via solicitação aos autores.

NEDER, H. D. ; SILVA, Jorge Luiz Mariano da . Pobreza e Distribuição de Renda em Áreas Rurais: uma Abordagem de Inferência. Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília - DF - Brasil, v. 42, n.03, p. 469-486, 2004.

NEDER, H. D. ; BUAINAIN, A. M.; SILVA, G. J. C. A Pobreza Rural no Brasil: Uma Abordagem de Mensuração Multidimensional. In: BUAINAIN, A. M.; DEDECÇA, C. S. e NEDER, H. D. (Org.). A Nova Cara da Pobreza Rural: Desenvolvimento e a Questão Regional. 1ed. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), v. 17, p. 57-110, 2013.

PNAD. Pesquisa nacional por amostra de domicílios: PNAD: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

ROCHA, S. Pobreza e indigência no Brasil- algumas evidências empíricas com base na PNAD 2004. Nova Economia. v.2, p.265-299, 2006.

SEN, A. K. Poverty and famines: an essay on entitlement and deprivation. Oxford: Clarendon, 1981.

SILVA, J. G. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**. 1997; 7(1).

SILVA, J. G.; DEL GROSSI, M.; CAMPANHOLA, C. O que há realmente novo no rural brasileiro. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. 2002; 19(1): 37-67.

SILVA JÚNIOR, L. H. Pobreza na População Rural Nordestina: Uma Análise de suas Características durante os Anos Noventa. Revista do BNDES, v. 13, p. 275-290, 2006.

ANEXOS

**Tabela A1 – Percentual de pobreza com linha multidimensional
Dimensão RENDA**

	2001	2008	2014	Δ 2001-2014*
Rondônia		28.9%	10.5%	-0.18
Acre		49.3%	37.2%	-0.12
Amazonas		46.4%	34.5%	-0.12
Roraima		34.3%	14.1%	-0.20
Pará		31.4%	29.3%	-0.02
Amapá		33.9%	13.5%	-0.20
Tocantins	62.3%	37.5%	22.3%	-0.40
Maranhão	69.0%	54.4%	37.9%	-0.31
Piauí	72.4%	49.0%	29.2%	-0.43
Ceará	69.8%	48.6%	32.5%	-0.37
Rio Grande do Norte	60.9%	37.5%	24.7%	-0.36
Paraíba	68.7%	46.5%	26.4%	-0.42
Pernambuco	71.4%	49.3%	31.2%	-0.40
Alagoas	68.6%	53.7%	33.4%	-0.35
Sergipe	63.4%	48.2%	21.8%	-0.42
Bahia	65.1%	45.4%	27.8%	-0.37
Minas Gerais	46.3%	26.6%	13.2%	-0.33
Espírito Santo	47.3%	21.7%	8.5%	-0.39
Rio de Janeiro	28.7%	13.8%	5.1%	-0.24
São Paulo	23.5%	14.3%	6.3%	-0.17
Paraná	38.2%	16.9%	7.0%	-0.31
Santa Catarina	22.1%	9.9%	3.0%	-0.19
Rio Grande do Sul	28.3%	15.4%	7.4%	-0.21
Mato Grosso do Sul	29.9%	16.0%	6.5%	-0.23
Mato Grosso	38.5%	17.5%	7.7%	-0.31
Goiás	39.4%	15.5%	4.2%	-0.35
Distrito Federal	29.0%	15.6%	5.1%	-0.24

Fonte: Dados da PNAD/IBGE. Cálculos dos autores.

* Para os estados sem informação em 2001, a variação se refere ao período 2008-2014.

Tabela A2 – Percentual de pobreza com linha multidimensional
Dimensão EDUCAÇÃO

	2001	2008	2014	Δ 2001-2014*
Rondônia		47.5%	44.1%	-0.03
Acre		41.4%	43.6%	0.02
Amazonas		43.9%	38.4%	-0.06
Roraima		37.9%	37.8%	0.00
Pará		45.1%	43.6%	-0.02
Amapá		38.5%	29.0%	-0.10
Tocantins	53.7%	50.8%	45.1%	-0.09
Maranhão	55.7%	49.4%	39.2%	-0.17
Piauí	63.6%	56.1%	54.0%	-0.10
Ceará	56.5%	51.3%	43.8%	-0.13
Rio Grande do Norte	56.9%	50.2%	45.0%	-0.12
Paraíba	63.5%	58.8%	53.6%	-0.10
Pernambuco	57.0%	51.4%	46.2%	-0.11
Alagoas	60.4%	53.5%	46.9%	-0.13
Sergipe	62.7%	57.5%	48.2%	-0.15
Bahia	60.2%	54.7%	51.0%	-0.09
Minas Gerais	55.5%	53.0%	47.2%	-0.08
Espírito Santo	51.4%	49.8%	47.9%	-0.03
Rio de Janeiro	49.6%	47.9%	45.4%	-0.04
São Paulo	42.5%	34.1%	34.3%	-0.08
Paraná	50.8%	43.1%	37.7%	-0.13
Santa Catarina	49.1%	46.0%	41.0%	-0.08
Rio Grande do Sul	54.7%	49.4%	49.8%	-0.05
Mato Grosso do Sul	49.3%	44.1%	41.7%	-0.08
Mato Grosso	53.0%	47.5%	37.0%	-0.16
Goiás	51.2%	49.1%	45.7%	-0.06
Distrito Federal	33.0%	33.8%	28.5%	-0.05

Fonte: Dados da PNAD/IBGE. Cálculos dos autores.

* Para os estados sem informação em 2001, a variação se refere ao período 2008-2014.

**Tabela A3 – Percentual de pobreza com linha multidimensional
Dimensão POSSES**

	2001	2008	2014	Δ 2001-2014*
Rondônia		25.0%	2.6%	-0.22
Acre		36.7%	33.4%	-0.03
Amazonas		47.1%	37.7%	-0.09
Roraima		26.1%	9.9%	-0.16
Pará		40.2%	17.4%	-0.23
Amapá		32.6%	8.8%	-0.24
Tocantins	79.5%	39.1%	6.4%	-0.73
Maranhão	80.6%	43.9%	9.3%	-0.71
Piauí	77.0%	38.4%	11.7%	-0.65
Ceará	68.7%	28.3%	4.6%	-0.64
Rio Grande do Norte	52.7%	16.3%	2.4%	-0.50
Paraíba	49.6%	19.1%	5.2%	-0.44
Pernambuco	63.0%	27.9%	6.8%	-0.56
Alagoas	65.9%	35.1%	3.2%	-0.63
Sergipe	59.1%	23.3%	3.6%	-0.55
Bahia	76.6%	42.5%	10.6%	-0.66
Minas Gerais	45.8%	15.6%	4.4%	-0.41
Espírito Santo	23.6%	5.8%	0.4%	-0.23
Rio de Janeiro	14.2%	3.5%	3.6%	-0.11
São Paulo	13.6%	3.7%	0.8%	-0.13
Paraná	29.3%	9.6%	3.2%	-0.26
Santa Catarina	11.2%	2.7%	1.6%	-0.10
Rio Grande do Sul	20.1%	5.0%	1.0%	-0.19
Mato Grosso do Sul	19.4%	8.8%	2.0%	-0.17
Mato Grosso	57.4%	22.0%	2.6%	-0.55
Goiás	34.7%	8.3%	1.9%	-0.33
Distrito Federal	9.2%	1.0%	0.0%	-0.09

Fonte: Dados da PNAD/IBGE. Cálculos dos autores.

* Para os estados sem informação em 2001, a variação se refere ao período 2008-2014.

Tabela A4 – Percentual de pobreza com linha multidimensional
Dimensão MORADIA

	2001	2008	2014	Δ 2001-2014*
Rondônia		58.5%	81.6%	0.23
Acre		91.9%	78.3%	-0.14
Amazonas		73.7%	86.1%	0.12
Roraima		61.4%	53.9%	-0.08
Pará		74.8%	74.3%	0.00
Amapá		82.3%	73.7%	-0.09
Tocantins	98.9%	94.1%	80.9%	-0.18
Maranhão	94.0%	89.8%	79.7%	-0.14
Piauí	98.2%	84.2%	58.9%	-0.39
Ceará	98.3%	87.1%	85.5%	-0.13
Rio Grande do Norte	79.0%	64.7%	59.4%	-0.20
Paraíba	98.1%	94.5%	82.6%	-0.15
Pernambuco	95.7%	89.3%	73.0%	-0.23
Alagoas	95.9%	85.4%	69.2%	-0.27
Sergipe	89.6%	80.0%	64.3%	-0.25
Bahia	93.2%	82.6%	68.1%	-0.25
Minas Gerais	92.7%	80.9%	59.7%	-0.33
Espírito Santo	81.7%	64.6%	43.0%	-0.39
Rio de Janeiro	56.0%	36.3%	17.0%	-0.39
São Paulo	52.7%	29.2%	24.9%	-0.28
Paraná	81.2%	58.4%	40.8%	-0.40
Santa Catarina	53.7%	37.3%	26.6%	-0.27
Rio Grande do Sul	66.6%	45.6%	32.9%	-0.34
Mato Grosso do Sul	86.5%	80.1%	81.7%	-0.05
Mato Grosso	97.3%	77.7%	77.0%	-0.20
Goiás	92.1%	80.1%	67.3%	-0.25
Distrito Federal	55.1%	26.6%	16.7%	-0.38

Fonte: Dados da PNAD/IBGE. Cálculos dos autores.

* Para os estados sem informação em 2001, a variação se refere ao período 2008-2014.

Tabela A5 – Índice de realizações
Dimensão EDUCAÇÃO

	2001	2008	2014	Δ 2001-2014*
Rondônia		0.513	0.641	25.0%
Acre		0.458	0.498	8.8%
Amazonas		0.424	0.514	21.1%
Roraima		0.517	0.609	17.7%
Pará		0.456	0.507	11.2%
Amapá		0.554	0.665	19.9%
Tocantins	0.328	0.488	0.584	78.3%
Maranhão	0.229	0.401	0.553	142.0%
Piauí	0.174	0.346	0.453	160.2%
Ceará	0.268	0.460	0.591	120.8%
Rio Grande do Norte	0.303	0.401	0.523	72.6%
Paraíba	0.196	0.339	0.438	123.3%
Pernambuco	0.272	0.402	0.504	85.2%
Alagoas	0.181	0.324	0.486	168.4%
Sergipe	0.212	0.277	0.472	122.5%
Bahia	0.238	0.405	0.483	103.1%
Minas Gerais	0.407	0.513	0.629	54.6%
Espírito Santo	0.455	0.544	0.610	33.9%
Rio de Janeiro	0.463	0.543	0.561	21.3%
São Paulo	0.563	0.676	0.715	26.9%
Paraná	0.525	0.628	0.692	31.9%
Santa Catarina	0.559	0.632	0.730	30.6%
Rio Grande do Sul	0.551	0.624	0.655	19.0%
Mato Grosso do Sul	0.501	0.570	0.634	26.7%
Mato Grosso	0.403	0.530	0.686	70.3%
Goiás	0.450	0.597	0.674	49.7%
Distrito Federal	0.560	0.594	0.667	19.1%

Fonte: Dados da PNAD/IBGE. Cálculos dos autores.

* Para os estados sem informação em 2001, a variação se refere ao período 2008-2014.

**Tabela A6 – Índice de realizações
Dimensão POSSES**

	2001	2008	2014	Δ 2001-2014*
Rondônia		0.750	0.935	24.6%
Acre		0.642	0.699	8.8%
Amazonas		0.517	0.660	27.6%
Roraima		0.727	0.877	20.7%
Pará		0.668	0.817	22.3%
Amapá		0.650	0.843	29.7%
Tocantins	0.376	0.653	0.915	143.4%
Maranhão	0.340	0.595	0.857	152.1%
Piauí	0.378	0.639	0.883	133.5%
Ceará	0.485	0.742	0.931	91.8%
Rio Grande do Norte	0.564	0.834	0.947	67.8%
Paraíba	0.570	0.808	0.931	63.3%
Pernambuco	0.530	0.756	0.918	73.4%
Alagoas	0.468	0.695	0.947	102.5%
Sergipe	0.525	0.788	0.948	80.5%
Bahia	0.427	0.652	0.881	106.5%
Minas Gerais	0.595	0.809	0.939	58.0%
Espírito Santo	0.699	0.895	0.975	39.5%
Rio de Janeiro	0.766	0.920	0.954	24.6%
São Paulo	0.808	0.939	0.972	20.3%
Paraná	0.692	0.879	0.957	38.2%
Santa Catarina	0.780	0.920	0.964	23.6%
Rio Grande do Sul	0.787	0.937	0.981	24.6%
Mato Grosso do Sul	0.747	0.908	0.961	28.8%
Mato Grosso	0.499	0.754	0.942	88.8%
Goiás	0.650	0.885	0.973	49.8%
Distrito Federal	0.889	0.972	0.995	11.9%

Fonte: Dados da PNAD/IBGE. Cálculos dos autores.

* Para os estados sem informação em 2001, a variação se refere ao período 2008-2014.

Tabela A7 – Índice de realizações
Dimensão MORADIA

	2001	2008	2014	Δ 2001-2014*
Rondônia		0.658	0.664	1.0%
Acre		0.340	0.461	35.6%
Amazonas		0.424	0.437	3.0%
Roraima		0.650	0.675	3.8%
Pará		0.520	0.594	14.2%
Amapá		0.533	0.640	20.0%
Tocantins	0.284	0.444	0.606	113.4%
Maranhão	0.240	0.389	0.550	128.7%
Piauí	0.309	0.491	0.657	112.9%
Ceará	0.372	0.521	0.594	59.7%
Rio Grande do Norte	0.540	0.665	0.687	27.3%
Paraíba	0.422	0.511	0.587	39.1%
Pernambuco	0.433	0.522	0.616	42.1%
Alagoas	0.420	0.542	0.641	52.5%
Sergipe	0.459	0.574	0.663	44.3%
Bahia	0.412	0.557	0.653	58.5%
Minas Gerais	0.546	0.636	0.731	34.0%
Espírito Santo	0.626	0.703	0.791	26.4%
Rio de Janeiro	0.720	0.812	0.856	18.8%
São Paulo	0.727	0.820	0.850	17.0%
Paraná	0.619	0.732	0.789	27.4%
Santa Catarina	0.727	0.800	0.847	16.6%
Rio Grande do Sul	0.684	0.787	0.834	21.9%
Mato Grosso do Sul	0.609	0.649	0.670	10.1%
Mato Grosso	0.434	0.620	0.662	52.3%
Goiás	0.558	0.658	0.711	27.3%
Distrito Federal	0.726	0.840	0.875	20.5%

Fonte: Dados da PNAD/IBGE. Cálculos dos autores.

* Para os estados sem informação em 2001, a variação se refere ao período 2008-2014.